

As autoridades apontam os males do sistema de progressão continuada, dizendo que os alunos chegam a 4ª série como analfabetos funcionais. Condenam o sistema de ciclos na educação adotado por alguns municípios e dizem que o governo fará mudança no sistema de avaliação dos alunos do ensino básico.

Professores criticam o ensino sem repetência e dizem que o sistema de ciclos começou quando Paulo Freire era Secretário de Educação em São Paulo. Dizem ainda que o programa está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que prevê o estímulo à abolição da avaliação tradicional.

Alguns educadores dizem que a melhoria do ensino passa necessariamente pela qualidade dos professores.

Todos falam, comentam, mas, no entanto sem coerência técnica, visto que realmente a LDB trata de ciclos, mas como uma forma de organização da escola, educação e não de ensino propriamente dito, ou seja, enquanto processo de aprendizagem em si. Portanto, você pode ter a escola com os seus cursos organizados em ciclos, semestres, séries anuais e períodos alternados e com ensino de qualidade, isto é com aluno chegando a 4ª série sem ser analfabeto funcional. A falta de qualidade do ensino pode acontecer em qualquer forma de organização da escola.

O que a LDB diz no art.24 é que a escola pode se organizar, por exemplo, em ciclo básico ou ciclo de alfabetização ou ainda ciclo I, com duração de doze (12) bimestres e que receberia o aluno dos 6 aos 8 anos de idade, onde o processo de ensino-aprendizagem ocorreria normalmente, como ocorre no seriado, com uma única diferença, nas séries você tem a organização em quatro (4) bimestres. Assim, só no final do 12º bimestre é que o aluno seria retido ou reprovado, como resultado do que aprendeu ou não nos onze bimestres de estudo anteriores. Contudo se a aprendizagem ocorrer ao final do 4º bimestre e as avaliações comprovarem que o aluno tem condições de acompanhar o processo ensino-aprendizagem do ciclo seguinte ou seriado, o educando será promovido, sem a necessidade de cumprir os doze bimestres que compõem o ciclo.

O ciclo seguinte poderia ser dos 9 aos 11 anos de idade, ou seja, mais (12) doze bimestres, com retenção ou reprovação na época de ser promovido ao ciclo seguinte; que poderia ser um ciclo que abrigasse os alunos dos 12 aos 14 anos de idade, isto é mais 12 bimestres letivos, com retenção ou reprovação na promoção para o ensino médio.

O grande problema que encontramos no imaginário social de alunos, professores, pais e responsáveis e porque não dizer da sociedade é a cultura do ano letivo atrelado ao ano civil; é a cultura da prova para reprovar e não a prova como um instrumento de medida a ser utilizada como um das ferramentas que o professor usa no processo de avaliação. É a organização por série em que o aluno não adquire competências para realizar determinadas tarefas inerentes ao seu nível ou porque não dizer tempo de escolarização, mas sim recebe injeção de conteúdos que irão se acumular em seu interior, como se o educando fosse um tubo cilíndrico, que ao ser comprimido liberaria a dosagem solicitada, se estiver de acordo com a solicitação

aprovado, caso contrário reprovado e, aí começa tudo de novo: novo ano letivo, 4 bimestres, repetição de conteúdos e nova prova, esta escola acabou. Não somos contra a transmissão do conteúdo, até porque entendemos ser o mesmo o responsável pela aquisição das competências, mas o mesmo deve ser significativo para o educando no seu cotidiano existencial. Daí ser importantíssimo que o professor seja levado a entender os parâmetros e as diretrizes curriculares não como um programa ou currículo do curso, mas sim como uma orientação para que na seleção de conteúdos a serem ministrados e, após a sua contextualização, se constituam em parâmetros capazes de proporcionar ao aluno as competências necessárias a sua evolução e conseqüentemente à promoção ao novo ciclo de conhecimentos.

Poderíamos dizer ser bem coerente de acordo com os ensinamentos da Psicologia da Aprendizagem, a criação dos três ciclos para o ensino fundamental como colocamos anteriormente:

CICLO BÁSICO - dos 6 aos 8 anos; CICLO INTERMEDIÁRIO - dos 9 aos 11 anos e finalmente CICLO FUNDAMENTAL - dos 12 aos 14 anos.

Vemos como vantagem a similaridade comportamental, cognitiva, afetiva e psico-motora do educando em cada ciclo de idade. A quebra ansiedade por decorar conteúdos que acabem não servindo para futuras aquisições de novos conhecimentos, vistos que os mesmos não foram assimilados porque demandaria mais tempo, o que na organização por ciclo é oferecido. Seria mantida a mesma organização pedagógica das aulas, com mesma duração, com uma única diferença, o professor iria planejar um curso, para ser realizado em 12 bimestres. Com seleção de conteúdo e avaliação do processo ensino-aprendizagem contextualizado com esta nova realidade.

Poderíamos também ter como organização escolar usada no ensino público do Município de D. de Caxias, onde existe o Ciclo de Alfabetização, com duração de 12 bimestres e retenção ou reprovação na promoção para o seriado, visto que da 3ª à 8ª séries, o sistema é seriado, possui 4 bimestres com retenção ou avaliação no final do 4º bimestre.

Portanto, como acabamos de ver a diferença está na organização bimestral, que tem levado as pessoas entenderem que ciclo é juntar as séries com aprovação automática. Não é isso, no final de um ano civil o aluno ainda está no 4º bimestre de um total de doze e não termina e começa tudo novamente no novo ano letivo, ou seja no novo ano civil. O resultado das doze avaliações (provas, trabalhos, freqüência, participação, etc.) é que irá aprovar ou reter o estudante.

Quanto ao que estão chamando de "progressão continuada", a LDB capitula no inciso III, alínea c, do Art. 24, que os estabelecimentos de ensino que adotam progressão regular por séries, poderão admitir formas de progressão parcial, ou seja algo semelhante com a antiga "dependência" da Lei 5692/71, mas que entretanto permite que o aluno retido em um componente curricular, possa se matricular na série seguinte, desde que esta retenção seja restrita a até dois componentes curriculares, fato este poderá ser levado até o final do curso, mas que não permitirá a conclusão do curso em quanto não houver aprovação no componente curricular objeto da progressão continuada.

O problema do analfabetismo funcional e a questão do sistema de avaliação que tem sido falado, nada tem haver na realidade com a questão da organização curricular em ciclos, que erroneamente tem sido chamada de progressão continuada, isto devido ao entendimento das pessoas que ciclo, significa pura e simplesmente juntar ou seja o aluno passa do CA para a 1ª série e desta para 2ª série, sem ter sido reprovado ou seja durante os três anos de duração do ciclo a aprovação é automática e que algumas autoridades também de forma errada tem chamado de progressão continuada, o que não verdade.

Quando se fala em mudança no sistema de avaliação, na verdade o que as autoridades educacionais planejam mudar é a avaliação que se realiza por amostragem periodicamente, para uma avaliação anual com todas as escolas e com todos os alunos do ensino fundamental. Fato este que na realidade irá apenas proporcionar a obtenção dos dados referentes ao ensino fundamental em um tempo menor.

Para que pudéssemos criar uma nova avaliação que viesse modificar de fato o resultado, precisaria que a prática de avaliação realizada pelo professor, utilizasse os vários instrumentos de avaliação, capazes de proporcionar um melhor resultado do processo ensino-aprendizagem.

No que diz respeito ao analfabetismo funcional, o problema é sistêmico pois culpa-se a organização do ensino, ciclo, etc. Diz-se que o professor é mal formado, tanto que a nova LDB passou a formação de professores das séries iniciais para o nível superior e determinou a formação continuada, mas enquanto não houver uma valorização do professor de uma forma generalizada, isto é, da educação infantil ao ensino superior, da formação em nível médio ao doutorado, que possa despertar o interesse dos jovens, em nível de igualdade com os cursos de medicina, direito, odontologia e outros considerados rentáveis do ponto de vista econômico e onde o professor mais uma vez se torna fundamental, mas sem a valorização social e econômica do professor não teremos como elevar a qualidade do ensino. É preciso que se produza um aumento da relação candidato vaga, para que com o aumento da procura se possa se elevar a qualidade do futuro professor.

É preciso que exista nas três esferas administrativas de governo um plano de carreira e uma remuneração digna, que propicie ao docente um só local (escola) de trabalho e o atendimento real do ensino, da pesquisa e do atendimento de fato do educando.

É necessário que o governo desenvolva um programa de acompanhamento pré-natal da futura mãe e depois do recém-nascido até os três anos de idade, promova um programa de alimentação para os anos iniciais de vida para as classes sociais menos favorecidas socialmente. Mas, por que isso? Porque a criança das classes populares, chega na escola obrigatoriamente aos 7 anos, preferencialmente aos 4 anos e excepcionalmente antes disso, ocasião em que receberá a merenda escolar e que muitos pensam poder produzir o desenvolvimento cognitivo do educando, inclusive as autoridades educacionais. Entretanto, é nos primeiros anos de vida, que mais falta faz uma boa alimentação, capaz de proporcionar a formação fisiológica e psíquica da criança, com vistas ao desenvolvimento futuro da sua capacidade intelectual.

Finalmente chegamos ao ensino propriamente dito, ao método e as técnicas como caminho

para disseminá-lo.

Analfabeto funcional é aquele que escreve o nome, lê mal ou não lê, mas para as estatísticas não é considerado analfabeto. Mas, como entender um processo de alfabetização (ensinar a lê e escrever) que não é fundamental que você conheça as letras que formam o alfabeto isoladamente ou em conjunto. Que saiba que todas as palavras possuem vogais, por isso a necessidade de conhecê-las, memorizá-las, decorar, etc.

Assim sendo, para que haja de fato uma melhora na qualidade do ensino, não será somente fazer com que os professores das séries iniciais tenham formação de nível superior, que tenham formação continuada, ou que se acabe com o ciclo na organização da escola ou ainda que se promova uma maior reprovação, mas sim, que se melhore profundamente o currículo, isto é, que o conteúdo a ser selecionado seja significativo quando contextualizado e, útil para o cotidiano do aluno, que acrescente valores existenciais na formação de competências capazes de torná-lo um indivíduo cidadão . Que se promova uma maior encucação, concatenação e assimilação de conteúdos, que possam proporcionar ao educando uma reflexão, uma articulação, um conhecimento verdadeiro que possibilite ao indivíduo exercer a sua cidadania, ou seja, participar ativamente e de forma consciente e reflexiva do que ocorre na comunidade e no meio ambiente em que se encontra inserido.